



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

PROCESSO: 08064901320208150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, conforme passa a expor:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO NA SENTENÇA PROFERIDA:

Sem adentrar ao mérito da sentença, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

Sendo assim, em face das razões acima expostas, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, para condenar a seguradora demandada **Seguradora Líder dos Consórcios S/A**, ao pagamento da quantia de R\$ 3.712,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), corrigidos monetariamente pelo INPC a contar da data do evento danoso (Súmula 580) e juros de 1% ao mês, a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Condene a seguradora promovida, dado o princípio da causalidade, nas custas processuais e

Com a mais respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão contraditória em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira não só efeitos integrativos, como também, modificativos ao respeitável *decisum*.

Assim, tem-se que a embargante foi condenada ao pagamento de **R\$ 3.712,50, corrigido monetariamente e acrescidos de juros.**

Ocorre que, conforme explanado no mérito da sentença, o laudo traumatológico do IML, **comprova a invalidez permanente de CRANIO 25 % E OUVIDO D 50%. Vejamos conclusão da perícia:**

Referente ao PROCESSO NÚMERO - 0806490-13.2020.8.15.0001(VALDONIEL GONCALVES ALBUQUERQUE JUNIOR),tendo sido realizada perícia por mim,na 7ª Vara Cível de Campina Grande.Gostaria de ratificar o laudo final onde foi majorado um percentual de seqüela ao nível do crânio em 25% e uma seqüela por perda sensorial moderada no ouvido Direito.ou seja de 50%.comprovado através de audiometria.Não foi fixado nenhum percentual para o ouvido esquerdo,pelo fato desse perito não considerar como nexó ao acidente.Esperando ter esclarecido todos os questionamentos,me coloco à disposição desse juízo.Grato.

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênha, eis que, **demonstra fundamentação e dispositivo contraditórios**, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Embargante opõe o presente, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Eis que os percentuais apurados de invalidez deveriam ter sido calculados levando em consideração a indenização máxima prevista para as **lesões apuradas** e para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

| Danos Corporais Segmentares (Parciais) | Percentuais | Valor da Indenização |
|---|-------------|----------------------|
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | das Perdas | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | 100 | R\$ 13.500,00 |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | 50% | R\$ 6.750,00 |

2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e seqüela residual – 10%.

| Repercussão | Valor da Indenização |
|------------------|------------------------------|
| 25% (grau leve) | R\$ 3.375,00 |
| 50% (grau medio) | R\$3.375,00/2 = R\$ 1.687,50 |

Destaca-se que, o valor da repercussão acima mencionado está deduzido a 50% pois, a audição perdida foi do ouvido direito e a tabela refere-se à PERDA BILATERAL, ou seja, perda da audição do ouvido esquerdo e direito. Conforme o Douto Perito, verificou-se que a perda foi do lado direito, **DEVE O VALOR SER REDUZIDO À METADE.**

Portanto, a Embargante esclarece que a verba indenitária deverá respeitar o cálculo apresentado acima, levando em consideração o pagamento realizado na seara administrativa na monta de **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, não ultrapassando a monta de **R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais).**

Assim sendo, a Embargante, demonstra nesses autos, onde ocorreu o equívoco no valor da condenação arbitrado por sentença, eis que a ora Embargante fora condenada ao pagamento de indenização correspondente a gradação da lesão diversa da acometida pelo Embargado, desrespeitando legislação em apreço, afigurando-se o julgado em desvirtuamento da norma legal, merecendo ser reformada a sentença neste

ponto para que haja aplicação da norma legal pertinente ao caso concreto, conforme o disposto no 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009 e Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça.

EMINENTE JULGADOR

São essas as razões pelas quais a embargante, invocando os áureos e doutos suplementos de Vossa Excelência, confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado-se os pontos contraditórios suscitados, sob a ótica dos artigos 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009, c/c com a **Súmula 474 do STJ** e Art. 1.022 do Código de Processo Civil, conferindo-lhes efeitos integrativos, por via de consequência modificativos, para o fim de prover integralmente.

A Embargante informa que pelo fato dos presentes Embargos terem efeitos infringentes, requer que seja feita a devida intimação da parte Embargada, para que esta venha responder as presentes alegações.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 29 de abril de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB